

Cálculos que diminuem a efetividade do direito humano à saúde

Por Guilherme Eidt, coordenador de Advocacy da ACT

Os bastidores do Senado Federal nos dois últimos meses estiveram movimentados, com a pauta dos projetos de lei sobre ambientes livres de fumo levando à cena política seus principais protagonistas. Por enquanto, a primeira batalha, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ficou para o próximo ano.

O parecer favorável ao banimento do fumo em ambientes coletivos público e privados, da senadora Marina Silva (PV/AC), foi lido. Graças à solicitação direta do ministro da saúde, José Gomes Temporão, o senador Demóstenes Torres, presidente da CCJ, trouxe para a pauta da comissão o PLS 315/08, de autoria do senador Tião Viana (PT/AC), e os PLS 420/05 e 316/08, dos senadores Magno Malta (PR/ES) e Romero Jucá (PMDB/RR), respectivamente.

O ministro Temporão esteve presente na CCJ, a convite de Viana, por ocasião da leitura do parecer de Marina. Todos falaram contundentemente e afirmaram as evidências científicas a respeito dos benefícios dessa política pública. Viana chegou mesmo a denunciar o forte lobby dos interesses econômicos da indústria do tabaco contra os da saúde. O senador Aloizio Mercadante (PT/SP) trouxe a perspectiva de saúde ocupacional, destacando o impacto na vida dos trabalhadores da exposição involuntária ao fumo, e defendeu a aprovação da matéria.

Destemido e confesso artífice de uma transição e composição de interesses, ou seria o caso de dizer defensor da “convivência em harmonia” (aquele programa da Souza Cruz e da Philip Morris para defender áreas para fumantes e não-fumantes), Jucá mostrou a que veio. Primeiro, articulou para que fossem solicitadas vistas por seus pares, e depois, solicitou retirada de pauta para que elaborasse um voto em separado, contrário ao parecer de Marina. E, a votação do relatório ficou adiada por uma semana e mais outra, e outra. Tempo importante para a movimentação das indústrias do tabaco e do setor de hospitalidade no desvirtuamento dos objetivos de saúde pública.

Há que se destacar a atuação importante da assessoria parlamentar do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer (INCA). Juntos conosco, da ACT, o trabalho de convencimento e incidência política com os senadores auxiliou alguns a avançar em suas posições e compreensão da matéria. Intensificar o debate e fortalecer a proposta do PLS 315/08 é tarefa de toda a sociedade civil organizada que atua em defesa da saúde pública.

Novas adesões ao trabalho junto aos parlamentares são importantes e bem-vindas. O Senado entrará em recesso e, provavelmente, o parecer de Marina será votado no início do próximo ano legislativo. Até lá, vale reconhecer que, no contexto político institucional de hoje, o poder de persuasão dos melhores argumentos, aqueles mais racionais, técnico-científicos e eficazes em termos de políticas de saúde pública, por hora, ainda esbarram nas interferências indevidas e no poder econômico das indústrias do tabaco. Daí a importância de avançar no monitoramento das práticas dessa indústria para conseguirmos desnormalizar suas posições junto às autoridades públicas e desarmar a equação e o cálculo que diminuem a efetividade dos direitos humanos.

